

REDES SOCIOAMBIENTAIS INTERNACIONAIS NA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Luciana Ziglio¹

Resumo

Ao longo dos últimos anos surgiram redes socioambientais internacionais que se dedicam a questão ambiental. O envolvimento destas redes, compreendidas como redes de organizações não-governamentais (ONGS), na política internacional nos colocam diante de questões sobre cooperação internacional, geopolítica internacional, o espaço abstrato das redes em interação com o espaço concreto dos Estados Nacionais. Estas redes muitas vezes se dedicam à intervenção de temas relacionados à questão ambiental interagindo com a realidade das identidades locais e ao mesmo tempo com as ideologias mundiais. Estudar estas redes socioambientais de ONGS através da metodologia voltada para a análise de dados secundários advindos de fontes eletrônicas e de estudos de casos desses atores será o objetivo deste artigo provocando o leitor a pensar sobre espaços transfronteiriços com a liderança desta modalidade de manifestação social.

Palavras chaves: Redes socioambientais, organizações não governamentais transnacionais, cooperação internacional.

¹ Doutoranda em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, Brasil. Grupo de Pesquisa em Geografia Política – Universidade de São Paulo, Brasil. lziglio@usp.br

A cooperação internacional

A emergência de novos atores não-estatais, como as organizações não-governamentais (ONGs), empresas transnacionais e movimentos sociais, colocam novas questões para a cooperação internacional. A cooperação entre atores não-estatais em diferentes países aponta para outro tipo de cooperação, a transnacional, e sua relação com os Estados e sua soberania. Nye e Keohane (1977) caracterizam como uma relação transnacional àquela que atravessa a fronteira dos Estados e envolve atores ou organizações não governamentais. Ainda que possa também envolver governos.

Vogler (2006), na visão neo-institucionalista liberal, nos convida a explicar a cooperação internacional vinculadas às questões ambientais e a criação de instituições internacionais ambientais caso necessário. As instituições sociais facilitarão a cooperação diminuindo os custos necessários para a obtenção de objetivos comuns abrindo ainda mais as cooperações entre Estados Nacionais e o mercado, representado pelo setor privado. As instituições sociais são vistas dentro desta escola como entidades que facilitam a cooperação diminuindo os custos necessários para a obtenção dos objetivos comuns. (Pattberg, 2005; Auer, 2000)

Nos últimos anos, o item governança vem ganhando proeminência dentro desta perspectiva neo-institucionalista. As análises sobre a governança tratam da cooperação internacional, mas não apenas entre Estados, e sim envolvendo outros atores que também atuam nas relações internacionais. Na obra organizada por James Rosenau *Governança sem governo* (2000), os autores procuraram analisar conceitos como ordem, governança, instituições e poliarquia no novo contexto internacional: compartilhamos um único ponto de vista a respeito dos temas fundamentais confrontados pelos analistas que buscam compreender as estruturas emergentes da política mundial. Notadamente, concordamos em que num mundo onde a autoridade sofre deslocamento contínuo, tanto exteriormente, no sentido das entidades supranacionais, como internamente, no sentido dos grupos subnacionais, é cada vez mais necessário verificar como pode existir governança na ausência de um governo. (Rosenau, 2000:13)

Pode-se definir governança como um sistema de gestão que envolve diversos atores sociais estatais, da sociedade civil e setor empresarial. Para Ribeiro (2009), na Ciência geográfica o objetivo deste sistema seria evitar conflitos a partir do ajustamento de interesses permitido pela reunião dos principais interlocutores em torno de um tema (ou problema) específico. A governança, portanto, facilita a formação de alianças e a cooperação. Mas ela também evidencia os conflitos frutos das assimetrias sociais e as diversas formas de resistência, organização e participação dos atores sociais. Este conceito ainda para este ator assume formas em diversas escalas geográficas que se complementam sem necessariamente hierarquização, mas caso opte a utilizar este conceito na escala internacional faz-se necessário nas análises compreender as dinâmicas das relações internacionais.

As novas teorias da cooperação enxergam este conceito como um processo aberto, descentralizado, não-linear e repetitivo, que pode ter um impacto de transformação nos atores e no funcionamento do sistema internacional, mas ainda com a predominância nestas relações de cooperação a figura dos Estados Nacionais embora certos estudiosos do tema já aceitem que outros atores não estatais como organizações não-governamentais pressionem a cooperação entre os Estados Nacionais. (Sikkink,2005:551). Como processo não-linear significa dizer que ocorrem movimentos que o torna ainda mais complexo o seu entendimento e para nós a inserção de novos atores neste movimento além dos Estados Nacionais.

Embora seja tímida esta participação em uma escala internacional de organizações não –governamentais internacionais, diante dos processos de cooperação internacional, alertamos que este fenômeno torna-se crescente a partir do momento em que estes grupos dizem responder por demandas da sociedade civil, ou ainda, de outros atores como o setor privado e organizações internacionais governamentais. Bulkeley (2005) relata que atuar em cooperação significa para as organizações não-governamentais uma nova compreensão da realidade e dos processos políticos onde não se tem mais lugar para um sujeito histórico unificado, mas multiplicidades de atores que expressam uma diversidade de identidades e um pluralismo riquíssimo para as questões ecológicas.

As redes socioambientais internacionais: WWF, TNC e GREENPEACE.

Milhares de ONGs com caráter ambiental emergiram em todos os continentes nas últimas décadas. Algumas delas movimentam milhões de dólares e contam com contribuições pelo Mundo nos dias de hoje. Evidencia-se como estudo de caso a trajetória da organização World Wildlife Fund (WWF), primeira ONG ambientalista de espectro verdadeiramente mundial criada em 1961 e a Nature Conservancy (TNC) criada em 1951 e o Greenpeace criado em 1972 por suas singularidades em se tornarem redes sociais internacionais em suas atividades.

Em 1961, quando foi fundado, a sigla WWF significava “World Wildlife Fund”, traduzida para o português como “Fundo Mundial da Natureza”. No entanto, com o crescimento da organização ao redor do planeta nas décadas seguintes, a atuação da instituição mudou de foco e as letras passaram a simbolizar o trabalho de conservação da organização de maneira mais ampla. Com isso, a sigla ganhou sua segunda tradução: “World Wide Fund For Nature” ou “Fundo Mundial para a Natureza”.

Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que, para evitar confusão ou mensagens equivocadas, não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. A única exceção é a América do Norte, onde o antigo nome de “Fundo Mundial para a Natureza” é usado.

O WWF nasceu da International Union for Conservation of Nature (IUCN) ou a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. Fundada em 1948, sua sede está localizada na Suíça. A IUCN reúne 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países, estando entre as principais organizações ambientais do Mundo.

Mas a WWF rapidamente enveredou por um caminho mais autônomo que subordinado à IUCN, com projetos próprios que se expandiam mais rápida e eficazmente. Em seus primeiros três anos de vida, a WWF tinha bases na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Suíça, na Holanda, na Alemanha e na Áustria, chegando num período de dez anos a ter

escritórios em vinte países. As características conservacionistas de seus projetos (voltados para espécies individuais, áreas virgens, apoio a organizações existentes, educação para a conservação, etc.) são representativas da orientação das organizações não-governamentais ambientalistas dos anos 60. Entre 1983 e 1991, a renda do World Wildlife Found (WWF) cresceu de Nove milhões de dólares para 53 milhões de dólares, e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de 1 milhão. Hoje a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares.

Até 1989, diferentes organizações nacionais da rede WWF (WWF-EUA, WWF - Reino Unido e WWF-Suécia) financiavam diretamente projetos desenvolvidos por instituições em outros escritórios da organização ou entidades dos países receptores dos projetos. Todavia, com a ampliação do suporte técnico-financeiro, ao longo dos anos, consolidou-se a criação de mais escritórios regionais da organização. A Rede WWF tem hoje atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.²

O Greenpeace, nascido em 1972, dedicou-se à preservação dos grandes mamíferos marinhos inicialmente, mas também, voltou-se para outros tipos de atuação, como os testes nucleares. Um grupo local de Vancouver, em 1969, teve uma ideia que já havia sido posta em funcionamento por outros grupos. Tratava-se de navegar até a zona das provas atômicas, situada nas Aleutas. O barco, Phyllis Cormack, tinha em seu mastro duas bandeiras: uma da ONU - para marcar o internacionalismo da tripulação - e outra que unia as palavras "green" e "peace" numa única ideia: a da defesa do meio ambiente e a da paz a qualquer preço. O que os movia, mais do que a coragem, era a convicção de que a destruição do planeta pelo ser humano havia chegado ao ponto de ameaçar o presente e o futuro de todos os seres vivos. Era preciso fazer algo para impedir o teste nuclear - porque as ações falam mais alto do que as palavras. O barco não conseguiu chegar ao seu destino final, pois sua tripulação fora presa pela guarda costeira nos EUA, mas, ao chegar a Vancouver, foi surpreendido por milhares de pessoas que celebravam seu retorno.

² <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_brasil/index.cfm> Acesso 23.09.2009.

Assim nascia o Greenpeace como organização não-governamental também internacional, para atuar na defesa do meio ambiente inspirando as pessoas a mudarem suas atitudes e comportamentos. Seu modo de atuação é através da denúncia, expondo os crimes ambientais de que toma conhecimento. A entidade, diferentemente do WWF e da TNC, não recebe recursos financeiros de empresas, partidos políticos nem governos, pois, em seu discurso, alega que o recebimento de dinheiro destes grupos pode subentender que suas atividades sejam tendenciosas aos desejos de seus mantenedores. Deste modo, o Greenpeace mantém seu fôlego enquanto entidade não-governamental internacional através das doações de seus colaboradores individuais da sociedade como um todo. No período entre 1985 e 1990, o Greenpeace aumentou seu número de membros de 1,4 milhões para 6,75 milhões, e os rendimentos aumentaram de 24 milhões para 100 milhões de dólares. Em 1992 o Greenpeace tinha escritórios em 24 países, hoje está com 42 escritórios em funcionamento e conta com a colaboração de aproximadamente 3 milhões de pessoas militantes e mantenedoras economicamente.³

A Nature Conservancy (TNC) abriu suas portas em 1951, com um punhado de funcionários trabalhando num escritório compartilhado com outro grupo de ambientalista fora de Washington. No início, a TNC se afirmou comprando terras com o propósito de promover a preservação dos recursos naturais na linha ambientalista que vemos em Martinez-Alier (2007:23) quando trata do culto da sacralidade da natureza. Este discurso ganhou tanta força que, na década de 1980, a renda da TNC era de 222 milhões de dólares e sua equipe de 933 empregados.

Podemos aqui relembrar da Fundação Ford, MacArthur, Gordon e Betty Moore, assim como o Banco Mundial, GEF, governos, USAID (Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos da América) e bancos multilaterais e bilaterais como doadores de recursos financeiros para a TNC. Durante os anos de 1990, somente a USAID, que era considerada uma sócia vital para prosperidade econômica, disponibilizou quase US\$ 300 milhões para o movimento internacional de conservação. (Diegues, 2008:117). Hoje sua renda oscila em 1,8 milhão de dólares e recebe o apoio de aproximadamente 1.900 empresas. (Diegues, 2008: 72)

³ <<http://www.greenpeace.org/international/about/worldwide> > Acesso 23.09.2009.

Ao se observar rapidamente a trajetória das organizações não-governamentais TNC, Greenpeace e WWF, levantam-se dois caminhos pelos quais elas podem servir aos que necessitam efetivamente de ajuda, aos que transformam as tragédias sociais e os grandes problemas ambientais mundiais em indústria lucrativa (Prado, 2007:43; Oliveira, 2003:23). Atentar para que estas organizações possam realmente gerar um campo de luta, mobilizar pessoas, recursos e instituições em defesa de uma determinada causa, deve ser a atitude da sociedade atual. Não se pode negar que, através do trabalho gradual e intenso, milhares de organizações não-governamentais vêm com respostas, mesmo que superficiais ou pouco adequadas, à crise ambiental que afeta a época atual. (Khagram, 2002)

Mas, em certos casos, surgem, sim, respostas eficientes e realmente transformadoras destas organizações e que até caminham para a criação de espaços transfronteiriços de lutas em prol das questões socioambientais. A partir do momento em que mobilizam mais adeptos para suas causas em diversas partes do Mundo criam com suas bandeiras de convicções espaços transfronteiriços de ideologias e que se concretizam a partir de suas intervenções em programas para as comunidades das quais absorvem seus ideais.

Estes espaços transfronteiriços tornam-se, portanto campos de luta, concretização dos pressupostos levantados por estas organizações ambientais e formando com esta inserção redes de informações que atingem a capilaridade mundial. Haesbaert (2004:31) nos aponta que as organizações não-governamentais caminham com o caráter dinâmico, multidimensional e multiescalar no território, que de maneira alguma fica restrito, por exemplo, a escala nacional ou do poder político em seu sentido mais tradicional. A multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos de des-territorialização estão associadas, antes de qualquer coisa, aos sujeitos que a promovem e nas ONGs com muita força.

Cabe-nos, portanto apoderar-se desta dinâmica proposta por estas redes de organizações não-governamentais para que através dela as necessidades socioambientais presentes nas comunidades com as quais operam sejam realmente atendidas.

Referências Bibliográficas

- AUER, Marcel. Who participates in global environmental governance? Partial answers from international relations theory. *Policy Science*. 33. Pg.155-180, 2000.
- ALIER - MARTINEZ, Joan. The environment as a luxury good or "too poor to be green"? *Revista Ecological Economics*. volume 13. 1995. 1-10 pg.
- BULKELEY, Harriet. Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political geography*. 2005.24. Pg.875-902.
- DIEGUES, Antonio. *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*, São Paulo: NUPAB. Universidade de São Paulo. 2008. 193pg.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 395pg.
- KHAGRAM, Sanjeev. From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics. *University of Minnesota Press*. Minneapolis. 2002.12pg.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. JUNIOR, Arno Dal Ri. (orgs.). *Relações internacionais: Interdependência e sociedade global*. Rio Grande do Sul: Unijui. 2003. 728pg.
- PATTBERG, Philipp. The Institutionalization of Private Governance: How Business and Nonprofit Organizations Agree on Transnational Rules. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*. 18.4.2005.
- PRADO, Carlos Roberto. *ONGs: Filantropia, ética e gestão*. São Paulo: Expressão & Arte. 2007.126 pg.
- RIBEIRO, Wagner. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> *Revista Estudos Avançados*, 23, 68, Acesso em 17.05.2010.
- ROSENAU, James. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial. 2000.
- SIKKINK, KATHRYN. et.al. New actor and new forces : transnational activist networks. In: *International Politics: enduring concepts an contemporary issues*. Robert J. Art an Robert Jervis. Estados Unidos: Pearson Longman. 2005.594 pg

VOGEL, David. The Role of Civil Regulation in Global Economic Governance. University of California, Berkeley, paper prepared for the *Global Economic Governance Programme*. Oxford University. 2006.